

Reflexões sobre a crise

Reflections on the crisis

Reflexiones sobre la crisis

Recebido em 31-05-2021
Modificado em 16-06-2021
Aceito para publicação em 19-07-2021

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i3.36814>

 **Caio Souto**

Professor Efetivo de Filosofia do IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Doutor e Mestre em Filosofia pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Licenciado em Filosofia pela UNIFRAN (Universidade de Franca), Bacharel em Direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Advogado. Realiza atualmente estágio pós-doutoral junto à PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) na linha de Filosofia da Psicanálise. E-mail: caiosouto@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda alguns dos sentidos da crise múltipla pela qual passamos (sanitária, política, econômica, moral etc.). Buscamos, primeiramente, restituir o termo *crise* ao seu sentido médico-filosófico, aquele referente ao diagnóstico de um momento no desenvolvimento de uma doença no qual se *decide* sobre a sua superação ou se sucumbe à morte. Em seguida, abordamos a obra de alguns autores pertencentes a certa tradição médico-filosófica – sobretudo Canguilhem, dentre os mais recentes –, com vistas a examinar o contexto de sua recepção no Brasil. Por fim, abordamos alguns propósitos que podem resultar de um exame crítico acerca da nossa crise atual, salientando a importância da escuta, da clínica e da recriação de nosso modo de vida.

Palavras-Chave: crise; crítica; pandemia; acontecimento; medicina.



Introdução

“Na doença, o que menos importa é o homem”
René Leriche

Que estejamos atravessando uma crise cujo desfecho parece a cada dia mais distante, poucos têm coragem de negar. Já há algumas décadas que diversos discursos têm convergido para anunciar o fim próximo da existência humana no planeta, caso prossiga esse modo de vida e de reprodução que então se afigura: idade do homem (antropoceno) ou idade do capitalismo (capitaloceno) são alguns dos muitos termos hoje correntes que buscam definir as características do momento em que vivemos. Desde xamãs e povos da floresta, passando por climatologistas e cientistas de áreas distintas, economistas, sanitaristas, antropólogos, sociólogos, epistemólogos, filósofos, vem-se noticiando o fato de estarmos muito próximos de um limite irreversível. A dificuldade está em diagnosticar os diversos aspectos dessa crise de um modo coerente e em apontar estratégias de superação. É necessário fazermos, pois, dessa *crise* múltipla que vivemos um *propósito*, que envolva em suas igualmente múltiplas estratégias de superação a construção de alternativas que não se limitem meramente a reações ou adaptações. Pois a dinâmica de superação de determinado de estado de crise já envolve a construção de estados renovados, nunca reversíveis ao estado anterior. Talvez uma breve consideração histórica sobre o conceito de crise possa auxiliar a colocar melhor o problema.

104

A história conceitual do termo *crise*

Assim como ocorre com os conceitos de *constituição*, *organização* e *regulação*, como lembrava Georges Canguilhem (2005:73), também o termo *crise* possui uma utilização equívoca, aplicando-se tanto ao domínio médico-biológico quanto ao domínio social, econômico e político. Com sua história conceitual, Reinhart Koselleck (2006:358) acrescentava que o vocábulo grego equivalente a *crise* tinha um uso marcado, definindo-se como o estado em que se deveria fazer uma escolha decisiva a respeito de determinada situação presente. No caso do direito ou da teologia, por exemplo, essa escolha poderia ocasionar a salvação ou a condenação de um indivíduo. E no sentido proveniente da medicina, uma *crise* corresponderia ao momento em que, no curso de uma doença, um organismo seria convocado a responder, quanto a uma patologia, se conseguiria superá-la ou se sucumbiria a ela. Excluída a possibilidade de reversão ao estado anterior, mesmo no caso da superação da doença, a crise conduziria o corpo doente a um estado necessariamente diferente do anterior. Apenas a partir de meados do século XVII, na história

européia, é que o termo passou a ser utilizado, tomado de empréstimo, para referir-se a processos sociais e políticos mais amplos. Doravante no sentido histórico-social em que até hoje é utilizado, o termo *crise* passou a designar o anúncio do fim de toda uma era, quando caberia à Humanidade *decidir* sobre os rumos que iria tomar, uma vez constatado que o período anterior estava se fechando sobre si. Em todo caso, nunca se perdeu totalmente o sentido de que uma crise designa, ao mesmo tempo, uma ameaça, mas também uma possibilidade.

No século XVIII, quando diversos filósofos passaram a reconhecer que o presente histórico poderia se caracterizar por um estado de *crise permanente*, o termo passou a identificar-se com a própria concepção de Modernidade: “O conceito de crise tornou-se o modo fundamental de interpretar o tempo histórico” (Koselleck, 2006:371). Desde então, as conotações teológicas ou apocalípticas desse conceito adquiriram um caráter secularizado. E mesmo quando ele passou a servir de modelo à compreensão de processos inerentes à economia política, até sua adoção por Marx e Engels como critério de inteligibilidade do sistema capitalista em sua estrutura subjacente, o termo não perdeu sua característica escatológica. Dali em diante, o conceito passaria a ser utilizado de um modo cada vez mais indistinto. A tal ponto que, hoje, se alguém disser que o mundo atravessa uma *crise* – seja ela econômica, política, moral, informacional, educacional, sanitária, ou tudo isso ao mesmo tempo –, tal juízo arrisca a não dizer quase nada a respeito do que se quer diagnosticar. Contudo, apesar dos exageros do uso do termo, em grande medida decorrentes dessa derivação histórica que acompanha o processo de expansão do capitalismo, convém retomar algo de seu sentido antigo para melhor afigurar os elementos que estão em jogo nessa crise atual.

Ainda segundo Koselleck, também o termo *crítica* proviria do mesmo vocábulo grego que o termo *crise*, e apenas após mais de um milênio é que vieram a se separar, quando a *crítica* se restringiu à “arte de julgar e apreciar, sem que seu sentido incluísse a gravidade de uma decisão, tal como ocorria no sentido teológico, jurídico e médico da crise” (Koselleck, 1999:203). Na *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, por exemplo, os dois verbetes já apresentam sentidos bastante distintos. Enquanto o verbete “*Crise*” é assinado por Théophile de Bordeu – um médico pertencente à Escola de Montpellier –, que assimila seu sentido à medicina antiga (Galeno e Hipócrates), o verbete “*Critique*”, assinado por Jean-François Marmontel, historiador e homem de letras, refere-se ao juízo que se faz com relação às artes ou às ciências, que pode recair tanto sobre obras do presente quanto do passado. A *crítica* ganharia um sentido ainda mais específico com Kant, quando passará a designar um juízo não mais sobre matérias quaisquer que se buscava esclarecer (uma obra de arte, um texto bíblico, uma teoria científica, um acontecimento do passado), mas sim um exame interno da razão sobre si mesma. E é Kant

quem dirá, encarnando esse novo tempo, no Prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura* (1781), que “nossa época é a verdadeira época da crítica, à qual tudo se deve submeter” (Kant, 2001:31 [AXI]).

A questão nova que esse sentido propriamente moderno da crítica instaura é a de uma caracterização que a sociedade europeia passou a fazer de si mesma como sendo a causa e o efeito de um processo histórico que abarcaria a Humanidade como um todo. É dessa auto-caracterização que surgirá a Filosofia da História, esta que compreende o processo histórico universal como resultado do *progresso* europeu. E a despeito dessa cisão entre dois sentidos que estavam na Antiguidade imbricados num mesmo vocábulo – *crítica* e *crise* –, ambos passaram a definir dois aspectos distintos, ainda que não de todo dissociáveis, de uma mesma e única experiência moderna. Pois foi na medida em que alguns dentre os próprios filósofos do iluminismo, como Rousseau, denunciaram nesse estado de então uma corrupção moral e política, que o conceito de crise também ganhou um novo sentido.

É o que foi assimilado, ao longo dos dois séculos seguintes, por diversas vertentes do pensamento ocidental, diferindo-se no modo de diagnosticar tal crise e de submetê-la a um exame crítico. Entre os franceses, essa tradição histórica conhecerá seus sucedâneos, tendo como um de seus pontos de culminância a obra de Auguste Comte, que fizera da influência dos iluministas, sobretudo de Condorcet, o mote para uma filosofia do progresso social como desenvolvimento do que considerava como sendo as leis fundamentais da evolução humana, isto é, da ordem. Seja para inspirar-se nele, ou para refutá-lo, ainda hoje vertentes filosóficas das mais diversas reconhecem no positivismo um dos mais consistentes sistemas macropolíticos já construídos. A exemplo do que dissemos num âmbito mais geral, o sistema de Comte se caracteriza justamente pela identificação da Humanidade à imagem e semelhança da sociedade europeia moderna. Esquece-se, no mais das vezes, porém, que uma de suas preocupações principais vinha da herança de certa tradição do pensamento médico: a de que a teoria social deveria ter em vista, em princípio, uma *atividade terapêutica* com objetivo de oferecer condições para a restituição da saúde social, o que Comte denominou como sendo o Amor¹. Neste sentido, o papel de um intelectual seria o de auxiliar na condução do restabelecimento dessa ordem, isto é, dessa saúde ou dessa paz social, contra as doenças que invariavelmente lhe vinham acometer como as guerras, a escassez alimentar, as epidemias etc. No caso alemão, tanto a tradição do pensamento dialético (Hegel, Marx, Lukács, Escola de Frankfurt) quanto a hermenêutica (Dilthey, Heidegger, Gadamer) nunca perderam de vista a primazia do aspecto prático sobre o

¹ Do lema comtiano *ordem, progresso e amor*, a bandeira nacional brasileira elidiu o amor, o que prefigura o acento que se quis dar, entre nós, a outros aspectos do positivismo.

teórico, ou, noutros termos, do *mundo-da-vida* sobre a *razão instrumental* (veja-se ainda os casos de Husserl, Habermas, entre outros). E as obras de Schopenhauer e de Nietzsche permanecem até hoje como o prolongamento mais incisivo da *crítica* encetada por Kant, isto é, o autoexame da razão sobre seus próprios limites, agora entendidos no sentido da vontade e da vida, não à toa, a grande atenção dispensada à fisiologia e à medicina por estes autores (Nietzsche se considerava um *médico* da civilização).

A pandemia de coronavírus: uma nova crise?

Em todo caso, desconsiderando as inúmeras diferenças entre os autores mencionados, este tema geral nos traz novamente à concepção antiga de *crise*, uma vez que todos os sentidos do termo parecem convergir para o que havia de mais elementar em seu sentido: a *decisão* pela saúde da vida e pela criação de estratégias para a uma nova *constituição* (termo igualmente originado da medicina, como já notamos). Num cenário que já era alarmante por tantas razões, em que vemos reemergirem com toda força os espectros do reacionarismo, do ódio e do rancor antissocial, é que o novo *coronavírus* aparece, em parte como um dos efeitos de alguns dos aspectos dessa crise múltipla já antes presente. Um *acontecimento* no âmbito da saúde coletiva de proporção mundial, que ocorre num momento em que a superpopulação de humanos na Terra atinge um patamar que nunca havia sido alcançado, e crescendo... Estamos longe de poder conhecer qual a proporção desse acontecimento, mas algumas características de nossa forma de organização social apresentam sinais de sensíveis transformações. E talvez nada pudesse nos trazer novamente à raiz médica do conceito de *crise* do que uma pandemia dessa dimensão, que nos faz recordar sobre o fato de que nossa condição fisiológica não pode ser compreendida independentemente de condições coletivas, sociais e políticas. Não deixa de ser sintomático, para nós brasileiros, com relação à gravidade dessa *crise*, que no momento mesmo em que ela nos acometeu, estávamos diante de tentativas tão violentas de desmonte de um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Como resultado parcial, enquanto este texto é escrito, já se confirma o número de quinhentas mil vítimas fatais dessa doença em nosso país, além dos casos de recuperados que apresentam tipos diversos de sintomas, muitos ainda desconhecidos.

E, se na Antiguidade foi tarefa dos próprios médicos buscarem constituir seu campo de ações terapêuticas em relação com certo conjunto de reflexões que os trouxeram à filosofia, também no período presente esse mesmo movimento pode ser observado em certos exemplos notáveis. Cremos ter sido esse o caso de Georges Canguilhem, que enquanto médico e filósofo

buscou retrazar a genealogia do pensamento médico-filosófico, mas com o olhar inteiramente voltado ao presente e às lutas que ele mesmo travou enquanto ser vivente no mundo. É para reformular a concepção de “saúde instrumentalizada” (embora esse termo não apareça em sua obra), para combater a submissão do vivente à “médica” e para libertá-lo das compreensões mecanicistas do organismo que Canguilhem restabeleceu uma *outra* história das ciências. Hipócrates, Aristóteles e Galeno, passando pelo estoicismo (em vez dos “filósofos da *physis*”) na Antiguidade; Vesálio (e não Copérnico) no Renascimento; Thomas Willis (e não Descartes) na Idade Clássica; Comte (e não Kant), na Idade Moderna; Kurt Goldstein e Jacob von Uexküll (e não o behaviorismo ou o cognitivismo) entre os seus contemporâneos. É assim que Canguilhem transfigurou a perspectiva da história do pensamento ocidental, colocando a vida – e sobretudo a busca pela *saúde* da vida, ou a *pedagogia da cura* – como perspectiva a coordenar todas as demais esferas do pensamento: profunda *transvaloração dos valores* buscada no afã de uma pesquisa que parece se limitar à história de domínios extremamente especializados do saber médico-científico ou biológico, mas que permite recontar toda a história do conhecimento ocidental através de uma perspectiva que o reconfigura em seu sentido e em seu valor.

Isso não se trata de uma mera apoteose do pensamento médico, que por si só não é capaz de fornecer exemplos de superação aos impasses colocados pela razão instrumental. Ao contrário, é também uma forma de provocar certo deslocamento na “razão médica”, impondo-lhe como tarefa que se realize uma *crítica da razão médica prática*. Num texto em que retoma o Kant do *Conflito das faculdades* – “Terapêutica, experimentação, responsabilidade” –, é justamente essa a questão que Canguilhem se coloca: como é possível falar de uma medicina verdadeiramente terapêutica, isto é, preocupada com os fenômenos vitais, numa era em que a própria medicina se industrializou, passando assim para o lado dos fenômenos mecânicos. Uma confusão entre meios e fins passou a coabitar no seio da própria medicina. Se, por um lado, ela é e continuará a ser a atividade terapêutica por excelência, devendo estar do lado dos processos vitais contra os processos mecânicos, por outro lado ela mesma foi tomada em muitos de seus elementos (senão quase todos) por uma finalidade instrumentalizada. Assim, também uma “crise da consciência médica” foi instaurada, na medida em que “a terapêutica moderna parece ter perdido de vista toda norma natural de vida orgânica” (Canguilhem, 2011:420).

Não à toa, no caso brasileiro, sua obra tenha sido primeiramente recebida pelos próprios médicos, antes de ser lida e comentada por filósofos de ofício, por historiadores ou por cientistas sociais. Foi assim que, nos anos 1970-1980, os principais expoentes da Reforma Sanitária no

Brasil² – como Sérgio Arouca, Anamaria Tambellini, Cecilia Donnangelo, Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves – propuseram um novo modelo teórico-conceitual para se pensar a Saúde Coletiva em nosso país, tomando a epistemologia histórica de Canguilhem como uma das principais referências. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi um dos efeitos prático-concretos da investida epistemológica desses reformadores, e é hoje um dos patrimônios com os quais estamos podendo contar para que nosso desamparo não fosse ainda maior. Como os leitores de Canguilhem bem o sabem, a definição do estado normal e do estado patológico não se limita a uma análise anátomo-fisiológica, ou meramente biológica. Ela só pode ser afigurada a partir de um exame das relações sociais e políticas, como complementa com razão José Ricardo Ayres, médico-sanitarista muito afinado com essa tradição da pensamento da saúde coletiva no Brasil: “a reconstrução das práticas de saúde depende de conseguirmos criar condições políticas para que novos horizontes de normatividade possam ser socialmente reconhecidos e validados e (e porquanto) o valor das ciências (e técnicas) que os podem fazer valer seja concretamente experimentado” (Ayres, 2016:151).

As epidemias e a civilização

Diante desse quadro histórico que muito brevemente retraçamos, para chegar ao nosso problema concreto, e sem a pretensão de concebê-lo de um modo unívoco, o que nos parece necessário reter é que a *crise* múltipla que estamos enfrentando põe em questão fundamentalmente nossa relação, enquanto viventes, com o meio em que vivemos. Meio esse que deve ser compreendido, por sua vez, não apenas no sentido biológico, como também social e político, se é que é possível discernir bem tais dimensões. No caso da pandemia de coronavírus, por exemplo, estamos diante de uma doença que é transmitida por um vírus – isto é, um patógeno “natural” – mas cujas condições de transmissão são determinadas socialmente, aceleradas por nosso modo de vida globalizado. A última grande epidemia de proporções mundiais, a gripe espanhola, como bem o notaram Lilia Schwarcz e Heloisa Starling em *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil* (2020), chegou ao nosso país de navio, enquanto o coronavírus chegou de avião. As autoras ainda notam que o século que separa essas duas epidemias pôde revelar, bem ao inverso de um avanço, um verdadeiro regresso quanto às políticas públicas mobilizadas para a contenção do contágio e o tratamento dos infectados: no

² Sobre a Reforma Sanitária no Brasil, ver Jairnilson Silva Paim (2008). Especificamente sobre a influência de Canguilhem para a constituição do campo epistemológico da Saúde Coletiva no Brasil, ver Tiago Santos Almeida (2019) e José Ricardo Ayres (2016).

caso da gripe espanhola, houve uma tentativa de ação coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal nas medidas sanitárias, bem diferente do que vemos ocorrer em nosso caso mais recente, quando tratamentos sem eficácia comprovada foram incentivados, a gravidade da pandemia foi desacreditada em diversos pronunciamentos oficiais e houve profundo descaso na compra de insumos e de vacinas que poderiam mitigar os efeitos do contágio em massa.

Recorramos a alguns exemplos que nos são oferecidos pela história do Ocidente, que podem nos convencer ainda mais a respeito dessa indissociável relação entre as dimensões vital e social da saúde, assim como a necessidade de compreensão do primado da primeira dimensão sobre a segunda. Michel Foucault escreveu sobre algumas epidemias que tiveram lugar na Europa em períodos diferentes e sucessivos: a lepra, a peste e a varíola, além de ter experienciado em sua vida as decorrências da epidemia de AIDS. Vejamos o que ele nos diz sobre as relações entre saúde coletiva e política em algumas de suas obras. Tais epidemias foram analisadas ao menos em três ocasiões: no início de *História da loucura*, em *Vigiar e punir* e no curso *Segurança, território, população*. Nas três, Foucault está preocupado em marcar uma descontinuidade histórica entre os modos como a sociedade ocidental se comportou com relação a cada uma dessas epidemias. No caso da lepra, Foucault nota que se estava diante de uma compreensão jurídico-legal da doença, como se a contração da doença, pelos indivíduos, os marcasse segundo uma divisão binária entre o legalmente permitido e o proibido. Nesse quadro, os leprosos eram separados do convívio social segundo um dispositivo simples de distinção social (e Foucault mostraria como a figura do louco foi constituída no vazio deixado após a erradicação da lepra, na medida em que os antigos leprosários passaram a ser utilizados para o confinamento dos “loucos”). Coisa diversa ocorrerá com relação à peste, pois agora haverá um terceiro elemento entre o permitido e o proibido: “Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça” (Foucault, 2020:9). Nesse caso, haverá um predomínio das técnicas “disciplinares” sobre o mecanismo jurídico-penal: é o que ocorrerá com relação à peste, como também foi amplamente analisado pelo autor em *Vigiar e punir*, em que se mostrou a relação desse dispositivo disciplinar com a constituição da figura, não mais do louco, mas do delinquente. A principal diferença aqui, portanto, é que o poder não irá mais atuar apenas no sentido de separar os indivíduos segundo uma diferença “natural” cujo sinal será apresentado pela contração da doença, separação entre os doentes e os não-doentes. Na era do poder disciplinar, o próprio “corpo doente” passará a ser objeto de exame, o que faz com que o poder se exerça nesse nível micrológico.

Com a varíola, entramos numa era especialmente nova, no âmbito da saúde coletiva. A invenção da técnica de inoculação do próprio vírus da doença, numa escala de letalidade inferior, permite que se estabeleça uma outra dinâmica, não mais focada na disciplina que se quer impor aos corpos dos indivíduos, mas sim na de saber:

[...] quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral, em suma, todo um problema que já não é o da exclusão, como na lepra, que já não é o da quarentena, como na peste, que vai ser o problema das epidemias e das campanhas médicas por meio das quais se tentam jugular os fenómenos, tanto os epidémicos quanto os endêmicos (Foucault, 2020:14).

Foi no âmbito dessa nova estratégia social que se consolidou, segundo Foucault, a biopolítica, isto é, uma certa forma de gestão das populações que se preocupa em prever e controlar os próprios processos vitais dessa mesma população. E para tornar mais clara sua concepção, Foucault se serviu de uma leitura paralela entre as medidas sanitárias do controle da varíola e o surgimento de uma nova racionalidade econômica, a fisiocracia. François Quesnay, considerado fundador dessa vertente econômica que é também a precursora do liberalismo, sendo ele um médico de formação, pôde aplicar ao âmbito econômico o que havia observado com relação à varíola no âmbito sanitário. Pensou ele: se a inoculação do próprio vírus numa escala menos letal pode levar um organismo a construir, a partir de si mesmo, os anticorpos que levam esse mesmo organismo a combater o contágio pelo vírus numa escala mais letal, então deve ser possível derivar esse mesmo raciocínio à compreensão da natureza do mercado. No modelo de contenção econômica então vigente, o do protecionismo mercantil, que se assemelhava ao poder disciplinar, era como se se buscasse “disciplinar” o mercado para que ele agisse conforme o esperado. Quando houvesse alguma crise, como no caso das crises de escassez alimentar pela insuficiência de produção de cereais, o que se deveu sobretudo a desastres naturais que arruinaram as safras em alguns anos sucessivos, incumbiria ao Estado regular os fluxos do mercado a fim de estabilizá-lo. Mas Quesnay se dá conta de que talvez fosse muito mais eficaz, em termos de controle mercantil inclusive, que se fomentasse o próprio mercado a buscar sua autorregulação, criando nele como que “pequenas crises” de escassez, ou deixando que ele as criasse, para fomentar que ele as superasse a partir de si mesmo. É assim que ele constrói sua teoria da fisiocracia (*physis* = natureza; *krátos* = poder; logo, fisiocracia = “poder da natureza”)³. Subjaz uma compreensão do mercado enquanto algo natural, assimilado à natureza da vida de um organismo. Nasce, assim, para Foucault, uma técnica racionalizada de previsão e

³ Ver, quanto a este assunto, o estudo de Pedro Paulo Pimenta *A trama da natureza* (2018).

controle da população e da economia muito mais eficaz do que aquela que tinha lugar no seio do poder disciplinar: a biopolítica.

Com o caso do coronavírus, parece estarmos diante de uma outra etapa do governo biopolítico das populações. No curso que proferiu no *Collège de France* no ano seguinte ao que acabamos de comentar, Foucault descreve a passagem da racionalidade econômica liberal para a neoliberal. E, muito embora esse curso denominado *O nascimento da biopolítica* seja de 1978-1979, sendo anterior mesmo aos governos de Ronald Reagan e de Margareth Thatcher, Foucault já pôde mapear as duas principais vertentes do neoliberalismo (o ordoliberalismo e a Escola Austríaca) que, nas décadas seguintes, pautariam a agenda econômica em nível global, estando na estruturação da União Europeia e na reestruturação geopolítica ocorrida após a Queda do Muro de Berlim⁴. Desde então, tem ocorrido um processo de hegemonização da valorização econômica da vida sobre seu o valor da vida em si (e defendemos, com Canguilhem, que a vida não é um fato na natureza, mas ela mesma um valor, no sentido de uma normatividade⁵). Nesse processo, as vidas que “valem” mesmo, conforme a capitalização do valor da vida, são aquelas que devem sofrer maior risco, podendo ser mais expostas a doenças, a más condições sanitárias, às mazelas do envelhecimento e, no limite, à morte.

Mais recentemente, alguns autores vêm desdobrando, e mesmo reformulando, o conceito foucaultiano de biopolítica. Para mencionar apenas quatro deles: Giorgio Agamben, por sua conceituação do *Homo sacer* possui uma contribuição relevante, a despeito de certos exageros cometido em sua apreciação quanto às medidas de contenção ao novo coronavírus⁶; Judith Butler, sobretudo por sua análise da politização do luto e da precariedade da vida (2015); Achille Mbembe (2018), pela caracterização da necropolítica e pela inversão de perspectiva promovida com a inserção do mecanismo colonial como precedente histórico do racismo científico e do holocausto nazista; Byung-Chul Han (2015), pelas considerações acerca do par desempenho-cansaço como modelo político que se estabelece na sequência e no esgotamento da sociedade disciplinar. Pensamos que as análises promovidas por esses quatro autores se entrecruzam e permitem constituir como que uma nova ferramenta conceitual, na herança das análises

⁴ Para uma atualização das principais ideias desenvolvidas por Foucault neste curso, ver o recente *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016).

⁵ Pedimos licença para reportar o leitor à nossa tese de doutorado *Georges Canguilhem: o devir de um pensamento*, na qual desenvolvemos melhor esse argumento (Souto, 2019:69-81). Em resumo, defendemos que, dentre as três esferas segundo a qual a vida pode ser pensada (esferas ontológica, epistemológica e axiológica), a axiológica é a que deve coordenar as demais, no sentido de uma perspectiva normativa. As ressonâncias nietzschianas são explícitas, assim como certa herança da *Wertphilosophie*.

⁶ Os principais textos de Agamben a esse respeito estão na coletânea *Sopa de Wuhan* (2020), para a qual também contribuíram Judith Butler, Jean-Luc Nancy, Byung-Chul Han, entre outros.

biopolíticas foucaultianas, que por sua vez haviam prolongado o aporte de um diagnóstico médico-filosófico cuja tradição rapidamente apontamos no início deste artigo.

Voltemos ao caso do Brasil, dispondo dessa ferramenta conceitual. Por sua herança colonial, a forma de gestão das populações que aqui vivem nunca foi propriamente a de um “fazer viver e deixar morrer”, como no caso da Europa do século XVIII assolada pela varíola. O regime de produção da morte – e seríamos tentados a dizer que isso ocorre quase num nível industrial ou epidêmico – sempre foi, desde a Colônia, mais assimilável ao de uma necropolítica, sobretudo se considerarmos as populações de origem indígena e africana. O que o acontecimento da pandemia talvez tenha nos trazido de novo foi um aumento de grau com relação aos marcadores interseccionais de minoridade (os pretos e pardos, as mulheres, os indígenas, os pobres, os idosos e assim por diante) e talvez estejamos mesmo vivendo o processo que Mbembe denomina como o “devir-negro do mundo” (2018a), onde o que se fez dos negros desde o período da escravidão moderna (a mercantilização da sua vida) passará gradativamente a valer para toda a população em geral (Krenak não diz coisa diferente disse quando afirma que logo os “brancos” também serão “índios”). E quando um doutor em economia titulado em Chicago, hoje à frente da pasta que rege a política econômica em nível federal no nosso governo, afirma ser um empecilho à economia que os idosos queiram viver, talvez não pudesse haver melhor forma de expressar a indissociabilidade entre o discurso da “racionalidade econômica” neoliberal e a necropolítica. Mas há ainda quem pense a “economia política” em outras claves, e a sociedade já demonstra sinais, em diversos países, de que o neoliberalismo pode vir a ser superado. Além disso, para evocarmos outra vez Judith Butler, sabemos o quanto a pandemia nos privou do luto pelos nossos mortos. Contudo, num país que não fez a revisão crítica de sua história recente, que não examinou criteriosamente os crimes da Ditadura Militar, que continua a homenagear torturadores e heróis do genocídio negro e indígena, a privação do luto pelos mortos não parece ser algo propriamente novo. Se há uma biopolítica do luto, ou melhor, se o direito ao luto é algo inextricavelmente político, isso é algo que o contexto pandêmico apenas tornou mais claro para aqueles dentre nós que ainda não o enxergavam.

Diagnóstico ou definição de vida?

Como vemos, nossa crise é múltipla, assim como também é longínqua a proveniência de cada um de seus aspectos, o que um exame historicamente detido poderia contribuir para problematizar. Quisemos apenas chamar a atenção aqui para o fato de que seu aspecto vital é o que comanda os demais aspectos. Estamos diante de uma *crise da vida*. Ou, diríamos melhor, só

há crise onde há vida. Não dizemos de um cristal, de um mineral ou de uma divindade que eles atravessam uma crise. Só podemos dizer que há crises quando há processos eminentemente vitais, sejam eles referentes a um organismo, a uma população, a um ecossistema, ou mesmo à “vida do planeta” – e lembremos que a “hipótese de Gaia” voltou a ser seriamente considerada em seu sentido biogeoquímico (Lovelock, 2006). E, se por empréstimo, atribuímos tal capacidade a uma empresa – quando dizemos que ela atravessa uma crise –, a uma ciência – como nos modelos kuhnianos –, ou a uma arte – quando falamos em crise da arte clássica, ou mesmo quando Artur Danto (2020) diagnostica que a própria arte é crise e que esta crise pertence à sua constituição – é sempre em atenção a certas atribuições da vida que o dizemos. Então, se afirmamos vivermos uma crise tão difusa, como será possível realizar dela um diagnóstico? Perguntarmo-nos sobre “o que é a crise” equivaleria, assim, a não perguntar nada em especial. Seria algo tão vazio quanto perguntar simplesmente “o que é a vida?”, pergunta desprovida de sentido moral ou axiológico. Deveríamos, então, nos fazer uma pergunta mais específica: como e sob que condições é possível e necessário que nos coloquemos a pergunta pelo sentido e pelo valor da vida? Ou, em outras palavras, por que passa a ser tão relevante e até mesmo essencial, para nós que vivemos do modo tal como vivemos, e que queremos poder continuar desenvolvendo nossas capacidades inventivas e criativas em relação com as demais forças do planeta e do cosmos, colocar em questão a possibilidade do conhecimento da vida? Há questões políticas, sociais, culturais que estão envolvidas na armadilha da construção de um questionamento como esse. É impossível, por isso, isolar a construção científica sobre a vida e sobre o que quer que seja de tais “impurezas” empíricas. Da pergunta “qual o valor da vida?” (e não “o que é a vida?”) resultará um diagnóstico, e não propriamente uma definição, os próprios conceitos podendo ser compreendidos enquanto ferramentas dentro do quadro desse diagnóstico.

E tal diagnóstico não se faz sem que estejamos abertos a ouvir os sinais que estão aí, e ao menos muitos deles decerto já estavam. André Duarte (2020) escreveu um belo livro em que tece reflexões sobre o atual momento, pensando-o a partir do Brasil. Segundo ele, o coronavírus funciona como uma espécie de acelerador do processo de distinção social, que dispõe sobre a vida e produz a morte das pessoas segundo o critério do *valor* econômico. Há uma banalização, não propriamente do “mal”, mas seguramente do volume de mortes diárias e da crise que nos trouxe até aqui. Foucault empregava o termo “normalização”. Para ele, a sociedade não banaliza, e sequer se contradiz. Ela estabelece regimes de estratégia, isto é, ela normaliza. A racionalidade econômica liberal, que tem uma primeira elaboração ideológica na fisiocracia, emprestou dos modelos biológicos os seus modelos econômicos de livre iniciativa e concorrência. A novidade trazida pelos teóricos neoliberais (que preferem se autodenominar como neoclássicos ou

ortodoxos) reside em não tomar mais o mercado como algo natural, mas como uma meta a ser constituída, o que se faz idealmente através do aparelho de Estado. As medidas neoliberais implantadas ao redor do mundo, e que vêm sendo aplicadas na política econômica brasileira desde pelo menos o final da década de 1980, mas com ainda maior ênfase no governo e FHC e, mais ainda, a partir de 2016⁷, expressam a opção de nossos governantes, e daqueles que os apoiam, pelas políticas neoliberais. O número assustador de mortes e de pessoas contagiadas que ficaram com sequelas do coronavírus, número que se busca “normalizar”, é um dos resultados estatísticos desse processo, que é expressão da indissociável relação existente entre neoliberalismo e necropolítica. O que está em jogo, fundamentalmente, é uma certa forma de vida, ou de normalização dos processos da vida (morte, adoecimento, envelhecimento, impedimento do luto etc.).

Ouvir as vozes, ou antes, os murmúrios daqueles que foram e continuam a ser silenciados, e que são os que melhor sabem dizer sobre as resistências possíveis a esta crise – pois os seus efeitos são por eles sentidos desde há muito mais tempo e de um modo muito mais letal –, é algo essencial neste momento. Ouçamos, por exemplo, os chamados que têm vindo dos povos da floresta. Ouçamos Krenak (2020) e Kopenawa (2015), que são a memória viva dos povos que vêm resistindo a séculos e séculos de “civilização”. Ouçamos as mulheres, como Silvia Federici (2019), quando descreve a importância do trabalho reprodutivo no processo da acumulação primitiva e no desenvolvimento do capitalismo, trabalho mais importante porque essencial à construção da força de trabalho no advento da sociedade industrial capitalista, e que procedeu uma legitimação social da submissão da mulher ao homem, submissão esta que vem de par com a cultura de exploração irrestrita dos recursos naturais e das demais espécies vivas. Ouçamos Vandana Shiva (2018), quando aborda a monocultura como um problema não apenas ético-ambiental, mas também cognitivo, pois ao mesmo tempo em que se destrói a biodiversidade também se destrói as múltiplas perspectivas de conhecimento que os diferentes povos constituem, normalizando os processos vitais desde a sua “semente” (e sem nenhuma metáfora).

Conclusão

Ouçamos, enfim, nossos próprios sintomas, isso que está em cada um de nós e que nos habituamos a silenciar. Certa vez, o médico-filósofo René Leriche assim definiu a saúde: “é a

⁷ Quanto à história político-econômica do Brasil, nós nos informamos sobretudo através da obra *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*, de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2016).

vida no silêncio dos órgãos”, escrevia ele em *A filosofia da cirurgia*. Quando os sinais de um adoecimento (como a dor ou a angústia) não são notados pelo paciente, poderíamos admitir, com ele, que está dotado de saúde. Necessário se faz, então, para diagnosticar eventuais doenças imiscuídas no silêncio, que o corpo seja forçado a falar, para que se possa escutar seus sintomas mais de perto. René Leriche (assim como toda a psicanálise) atribuía importância fundamental à *clínica*, espaço em que essa escuta poderia se dar. Claro que a experiência clínica pode se dar de modos distintos, e a pandemia também tem incitado os terapeutas a recriarem sua relação com os pacientes em relação com a clínica. Quando dizemos que numa dada sociedade reina a paz, talvez o problema seja apenas o silenciamento do ruído das batalhas. A função de um diagnóstico ou de uma problematização, no sentido que buscamos restituir através do breve histórico que traçamos no início deste artigo, talvez seja justamente a de fazer aparecer esse “ronco surdo das batalhas”, trazendo novamente à tona o rastro imemorial das múltiplas batalhas que se atualizam a cada momento. E se podemos pensar num propósito a ser perseguido, e em como a pandemia nos pode auxiliar na construção comum desse propósito, certamente ele passará pela atividade da escuta. Se ser saudável é poder atravessar uma crise e se revitalizar, recriando sua própria existência, então contra a normalização que nos é imposta, deve haver outras formas de vida a serem construídas, outra sociabilidade e outra relação com nosso corpo, com nosso adoecimento e com a nossa morte.

Referências

- ALMEIDA, Tiago Santos (2019), “Sobre o papel da história na formação e transformação do pensamento médico”. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 13, n. 25, pp. 81-105 [Consult. 23-07-2020]. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/12965>
- AYRES, José R. de C. M. (2016), “Georges Canguilhem e a construção do campo da saúde coletiva brasileira”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, v. 2, n. 1 [2], pp. 139-155 [Consult. 22-07-2020]. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>
- BRESSER-PEREIRA, Luis C. (2016), *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo, Editora 34.
- BUTLER, Judith (2015), *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Belo Horizonte, Autêntica.
- CANGUILHEM, Georges (2005), *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CANGUILHEM, Georges (2012), *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CANGUILHEM, Georges (2011), *Estudos de história e de filosofia das ciências concernindo os seres vivos e à vida*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- DANTO, Artur (2020), *O que é arte?* Rio de Janeiro, Relicário.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- DUARTE, André (2020), *A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Viaverita.
- FEDERICI, Silvia (2019), *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo, Editora Elefante.
- FOUCAULT, Michel (1978), *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva.
- FOUCAULT, Michel (2020), *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (1987), *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes.
- HAN, Byung-Chul (2015), *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, Vozes.
- KANT, Immanuel (2010), *Crítica da razão pura*. Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- KOSELLECK, Reinhart (1999), *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart (2006) "Crisis". *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, pp. 357-400 [Consult. 27-07-2020]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/30141882>
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce (2015), *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Companhia das letras.
- KRENAK, Ailton (2020), *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das letras.
- LOVELOOK, James (2006), *A vingança de Gaia*. São Paulo, Intrínseca.
- MBEMBE, Achille (2018a), *Crítica da razão negra*. São Paulo, n-1.
- MBEMBE, Achille (2018b), *Necropolítica*. São Paulo, n-1.
- PAIM, Jairnilson Silva (2008), *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador, EDUFBA; Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- PIMENTA, Pedro Paulo (2018), *A trama da natureza: organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo, Unesp.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa (2020), *A bailarina da morte: história da gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, Companhia das letras.
- SERRES, Michel (2013), *Polegarzinha*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SHIVA, Vandana (2018), *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia*. São Paulo, Gaia.
- Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.
- SOUTO, Caio A. T. (2019), *Georges Canguilhem: o devir de um pensamento*. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Abstract

This article examines some meanings of such a multiple crisis we are experiencing (health, political, economic, moral, etc.). We seek, first, to restore the term *crisis* to its medical-philosophical sense, that referring to the diagnosis of a moment in the development of a disease in which it is decided whether to overcome it or to die. Then, we approach the work of some authors belonging to a certain medical-philosophical tradition - above all Canguilhem, among the most recent ones -, with a view to examining the context of its reception in Brazil. Finally, we address some purposes that may result from a critical examination of our current crisis, focusing the importance of listening, practicing, and recreating our way of life.

Keywords: crisis; critic; pandemic; event; medicine.

Resumen

En este trabajo se discuten algunos de los significados de la múltiple crisis que estamos atravesando (sanitaria, política, económica, moral, etc.). En primer lugar, pretendemos restituir el término crisis a su significado médico-filosófico, que se refiere al diagnóstico de un momento del desarrollo de una enfermedad en el que se toma la decisión de superarla o sucumbir a la muerte. A continuación, nos acercamos a la obra de algunos autores pertenecientes a una determinada tradición médico-filosófica - especialmente Canguilhem, entre los más recientes-, para examinar el contexto de su recepción en Brasil. Por último, abordamos algunos propósitos que pueden resultar de un examen crítico de nuestra crisis actual, destacando la importancia de la escucha, de la clínica y de la recreación de nuestro modo de vida.

Palabra clave: crisis; crítica; pandemia; acontecimiento; medicinao.
